

Collor poderá ter reajuste

Em sua primeira visita-surpresa a lideranças do Congresso, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, pediu ao líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), que convença sua bancada a aprovar um projeto de lei que torna oito vezes maior os salários do presidente da República e do vice, sem contudo oferecer qualquer contrapartida para o trabalhador. "Trago um assunto fácil e outro absolutamente difícil", disse o ministro, referindo-se no primeiro caso ao projeto que reajusta o salário do presidente Collor dos atuais Cr\$ 84.798,09 para Cr\$ 700 mil, passando o do vice-presidente de Cr\$ 64.446,48 para Cr\$ 500 mil.

O assunto difícil a que se referiu Passarinho é a votação da Medida Provisória 256, que trata da política salarial. "Aí temos o impasse, pois a ministra da economia acha que não podemos flexibilizar em nada, ou correremos o risco de chegarmos ao final do ano com déficit público, cujo combate é o maior compromisso do governo", explicou o ministro. Apesar da disposição do governo de não negociar

salário, Ibsen disse a Passarinho que não haveria problema em colocar na pauta de votações o projeto que aumenta a remuneração do presidente e seu vice, por não se tratar de assunto polêmico.

Militares

Na verdade, o projeto de lei a que se referiu Passarinho foi de iniciativa dele próprio, ainda como senador, e reajustava o salário de ministro de Estado, cerca de Cr\$ 220 mil. Agora ministro, Passarinho viu-se eticamente impedido de advogar em causa própria e pediu a Ibsen que excluisse o assunto na apreciação da matéria. Mas parlamentares ligados a área militar viram mais do que ética no pedido de exclusão do aumento para ministros de Estado. Eles consideram que este seria um forte argumento a favor do reajuste reivindicado por várias associações de militares da reserva e das pensionistas de militares que já entraram com ação na Justiça neste sentido. Hoje o salário de um general quatro estrelas equivale ao de ministro do Executivo.